

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Saldo de empregos na construção fica positivo no AM, em 184 vagas

Veículo: CBIC Hoje

Data: 01.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-01.08.2018.pdf>

Saldo de empregos na construção fica positivo no AM, em 184 vagas

O saldo de empregos na construção civil do Amazonas voltou a ficar positivo em junho. No mês, o setor fez 809 contratações contra 625 desligamentos, o que resultou em um saldo de 184 vagas. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O resultado de junho foi o melhor deste ano e o melhor desde julho de 2017, quando o setor teve saldo positivo de 353 vagas. Depois de junho, abril apresentou melhor resultado deste ano, com saldo de empregos positivo em 101 vagas. O setor gerou 735 novos postos e demitiu 634 pessoas, no mês, no Estado.

Junho também apresentou o melhor resultado frente ao mesmo mês do ano passado, quando houve saldo positivo de 167 vagas. De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM), Frank Souza, o saldo de empregos tende a aumentar nesta época do ano.

"Se nós falarmos exclusivamente de junho, nós temos aí o início do verão, onde muitas empresas começam a fazer obras que na época do inverno não têm condições e, normalmente, elas lançam obras de junho em diante", explicou.

Em maio deste ano, quando a construção civil desligou 882 pessoas e contratou 531 trabalhadores, o setor registrou uma diferença negativa de -351 vagas de empregos, no Amazonas. Foi o pior resultado desde janeiro, quando o resultado entre o número de contratações e demissões ficou negativo em -691 vagas.

Na avaliação do presidente do Sinduscon-AM, a greve dos caminhoneiros contribuiu para o resultado negativo registrado em maio. "No Brasil inteiro, em maio, houve queda de contratações. Pode ser uma coisa pontual, porque a construção civil quando interrompe obra, normalmente, ela demite, se ela não tiver uma obra na sequência. Mas, maio criou uma incerteza muito grande no Brasil inteiro em relação à greve dos caminhoneiros e

muitas obras foram interrompidas por falta de material e outras situações correlatas", disse.

(Com informações do Sinduscon-AM)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais de 70 empresas no Am vão poder quitar dívidas com P&D

Veículo: Em Tempo

Data: 02.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 09

Mais de 70 empresas no AM vão poder quitar dívidas com P&D

A decisão irá permitir que as empresas se ajustem fiscalmente, mantenham os funcionários e gerem empregos

 Fablane Morais

A Portaria nº 1.338, publicada no Diário Oficial da União, permite que 75 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) quitem, após dez anos, dívidas referentes ao pagamento dos incentivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em até 48 parcelas, que foram comprometidas pela ausência de análise dos relatórios enviados pelas empresas ao governo federal.

Na prática, a decisão irá permitir que as empresas se ajustem fiscalmente, mantenham empregados os funcionários e aumentem a expectativa de contratação. Conforme o superintendente adjunto da Suframa, Marcelo Pereira, essa portaria foi resultante de inúmeras discussões entre empresas e o governo federal.

"Se passaram mais de dez anos sem que o governo proporcionasse uma resposta quanto aos demonstrativos anuais de P&D, isso gerou um débito automático nas empre-



A portaria informa que os débitos, devem ser reinvestidos em programas e convênios com instituições de pesquisa

sas, porque elas erraram por anos as declarações desse incentivo. Além disso, não havia uma solução para que esta dívida fosse renegociada e levaria as empresas a perder seus incentivos fiscais", disse Pereira.

O superintendente explica que o Estado interviu, junto com a presidência da República, para possibilitar a quitação dessas glosas. "As empresas que se beneficiaram com esta portaria, poderão reinves-

tir seus débitos em 48 meses, sendo que, para cada ano, o valor da dívida não pode ser inferior a 20% do valor pendente”, afirmou.

Ao descrever as vantagens dessa determinação federal, o superintendente enumera a potencialização das novos projetos P&D e a manutenção do parque fabril.

Modalidades de reinvestimento

A portaria informa que os débitos devem ser reinvestidos de acordo com os seguintes percentuais: 30%, no mínimo, do montante total deverá ser aplicado em programas prioritários definidos pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA); e 20% , no mínimo, do montante total deverá ser aplicado mediante convênio com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) ou instituições de pesquisa ou de ensino superior criadas e mantidas pelo Poder Público, com sede ou estabelecimento principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, credenciadas pelo CAPDA.

Além disso, no máximo 50% poderão ser reinvestidos mediante convênio com uma mesma ICT privada. Porém o disposto não se aplica às empresas cujo valor global do débito do plano de reinvestimento seja inferior a R\$ 2 milhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo eleva valor do imóvel comprado com o FGTS para R\$ 1,5 milhão, confira a repercussão

Veículo: CBIC Hoje

Data: 01.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: Online

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-01.08.2018.pdf>

Governo eleva valor do imóvel comprado com o FGTS para R\$ 1,5 milhão, confira a repercussão

O pacote de medidas anunciado ontem (31/07) pelo governo federal para estimular a compra da casa própria foi amplamente divulgado pela imprensa. Ouvido pelo jornal **O Globo**, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, destacou que o pacote de medidas vai beneficiar principalmente a classe média. Segundo o executivo, tanto o setor da construção quanto os consumidores saem ganhando com as novas regras, já que há

potencial para reduzir o custo dos financiamentos.

Dentre as medidas, a de que os trabalhadores com saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão financiar imóvel de até R\$ 1,5 milhão em todo o país. Além disso, o governo mudou normas para obrigar os bancos a usarem os recursos depositados na caderneta de poupança para financiamento imobiliário e criou uma forma de incentivar que as instituições financiem imóveis de até R\$ 500 mil. Aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), as novas regras passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2019 e devem colocar R\$ 80 bilhões em novos empréstimos ao longo dos próximos seis anos.

Algumas das repercussões podem ser conferidas a seguir: **O Globo**, **O Estado de S.Paulo**, **Folha de S.Paulo**, **Valor**, **Isto É**, **Jornal da Band** e **Bom dia Brasil (TV Globo)**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Faturamento da indústria registra aumento de 26,4% em junho

Veículo: Em Tempo

Data: 01.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 09

Faturamento da indústria registra aumento de 26,4% em junho

Agência Brasil - A indústria recuperou perdas de faturamento registradas com a greve dos caminhoneiros, mas dados de horas trabalhadas, utilização da capacidade instalada e do mercado de trabalho ainda preocupam.

É o que afirmou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao divulgar, ontem (1º), os indicadores mensais do setor. O faturamento real da indústria aumentou 26,4% em junho, na comparação com maio, na série livre de influências sazonais, recuperando a queda de 16,7% de maio.

"O forte crescimento do faturamento deve ser analisado com cautela. Esse resultado excepcional é explicado pelo fim do represamento de embarques", diz a CNI, na pesquisa. Mesmo com a recuperação, o segundo trimestre foi mais fraco que o anterior, com queda de 2,7% no faturamento.

Na comparação com junho de 2017, houve aumento do faturamento em 10,2%. No primeiro semestre, o crescimento ficou em 4,4%, na comparação com o mesmo período de 2017.

Segundo a CNI, a recuperação das horas trabalhadas na produção e da utilização da capacidade instalada foi inferior ao recuo registrado em maio.

As horas trabalhadas na produção cresceram 1,3% em junho, frente a maio, na série de dados

dessazonalizados. Com isso, o indicador não conseguiu reverter a queda de 1,7% do mês anterior.

O nível de utilização da capacidade instalada aumentou 0,8 ponto percentual em junho, na comparação com o mês anterior, também na série com ajuste sazonal, depois de cair 2,2 pontos percentuais em maio.

Com a alta de junho, o nível de utilização da capacidade instalada ficou em 76,7%, menor do que os 77,2% registrados no mesmo mês de 2017, na série dessazonalizada.

Mercado de trabalho

O emprego no setor caiu 0,2% em junho, frente a maio, na série livre de influências sazonais. Foi o segundo mês de queda no indicador. No primeiro semestre do ano, o emprego subiu 0,6% em comparação ao mesmo período de 2017. A massa de salários recuou 0,8% em junho, na comparação com maio, também na série dessazonalizada. Foi a quarta queda consecutiva do indicador.

De janeiro a junho, a massa de salários diminuiu 0,6% frente ao mesmo período do ano anterior. O rendimento médio do trabalhador caiu 0,7% em junho frente a maio, na série com ajuste sazonal. No primeiro semestre, a perda é de 1,1% em relação ao período janeiro a junho de 2017.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Comitê de Política Monetária volta a defender agenda de reformas

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 01.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A7

Comitê de Política Monetária volta a defender agenda de reformas

Os membros do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central) decidiram, por unanimidade, manter a Selic (Taxa Básica de Juros) em 6,50% ao ano. Com isso, a taxa permaneceu no nível mais baixo da série histórica do Copom, iniciada em junho de 1996. Foi a quarta reunião seguida em que a taxa foi fixada neste patamar.

Na ocasião, o Copom voltou a defender a agenda de reformas estruturais e alertou, sem citar diretamente o debate eleitoral, que a percepção sobre a continuidade dos ajustes afeta as expectativas sobre a economia brasileira.

A decisão de quarta-feira (1º), era largamente esperada pelos economistas do mercado financeiro. De um total de 62 instituições consultadas pelo

Projeções Broadcast, todas esperavam pela manutenção da Selic.

Ao justificar a decisão de ontem, o BC reafirmou por meio de comunicado que a evolução do cenário básico e do balanço de riscos prescreve manutenção da taxa Selic no nível vigente.

“O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui o ano-calendário de 2019”, completou o colegiado.

No documento, o BC também atualizou suas projeções para a inflação. No cenário de mercado -que utiliza expectativas para câmbio e juros do mer-

cado financeiro, compiladas no relatório Focus -, o BC manteve sua projeção para o IPCA em 4,2% para 2018. No caso de 2019, a expectativa passou de 3,7% para 3,8%.

No cenário de referência, em que o BC utilizou uma Selic fixa a 6,50% e um dólar a R\$ 3,75 nos cálculos, a projeção para o IPCA de 2018 permaneceu em 4,2%. No caso de 2019, o índice projetado continuou em 4,1%. As projeções anteriores constaram no RTI (Relatório Trimestral de Inflação), divulgado no fim de junho. O centro da meta de inflação perseguida pelo BC este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 3,0% a 6,0%). Para 2019, a meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (de 2,75% a 5,75%).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Limite maior favorece setor imobiliário

Veículo: Economia

Data: 01.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A5

Governo amplia faixa para uso do FGTS no financiamento de imóveis e gera estímulo ao segmento

Limite maior favorece setor imobiliário

ARTUR MAMEDE

redacao@jcam.com.br

Com o novo limite elevado para R\$ 1,5 milhão na compra de imóveis com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o setor de construção civil e o mercado imobiliário no Amazonas, esperam ganhar fôlego após um longo período sem lançamentos. Na série de mudanças aprovadas no último dia de julho pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), a mais comemorada é a referente

a aquisição de imóveis abaixo de R\$ 500 mil, o que favorece a faixa da população que sofre com o maior déficit populacional. Segundo o BC (Banco Central), essas regras devem injetar cerca de R\$ 80 bilhões no crédito imobiliário brasileiro ao longo dos próximos seis anos.

Esse conjunto de medidas agora aprovadas já eram assuntos de discussão entre a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e o sistema bancário, conta o presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza. "O estímulo ao setor é necessário e essas medidas

vinham sendo discutidas há algum tempo. A elevação do teto para R\$ 1,5 milhão para compras com FGTS promove uma injeção de ânimo", disse.

Para estimular financiamentos de imóveis de menor valor, em uma determinação do CMN para os imóveis de até R\$ 500 mil, os bancos poderão multiplicar esse recurso por 1,2 na

hora de contabilizar se cumpriram o patamar mínimo que deve ser direcionado ao crédito imobiliário.

"Não há dúvidas de que as medidas atendem a grande parte das demandas do setor, um setor que

contrata muito e precisa do acesso ao financiamento facilitado e de mais obras públicas para manter essas vagas e o desenvolvimento. Todo dinheiro investido no setor gera desenvolvimento. E agora facilitando para imóveis de até R\$ 500 mil, estamos esperançosos", ressaltou Souza.

Basicamente a medida anunciada diz respeito ao redirecionamento de fundos de recursos do FGTS e simplificação do processo administrativo, comenta o presidente da Ademi-AM (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário).

Medidas aprovadas já eram assuntos de discussão entre a CBIC e o sistema bancário para estímulo

Foto: Diálogo



Financiamento de imóveis de até R\$ 500 mil privilegia mutuários de baixa renda

liário no Estado do Amazonas), Albano Máximo. “Ao longo do tempo esses recursos do FGTS estavam sendo direcionados a outros segmentos que não a habitação. Esse redirecionamento e a simplificação com o aumento do teto, privilegiam principalmente a baixa renda”.

De acordo com Máximo, as medidas foram bem recebidas e os estudos do tema ganharam celeridade. “A CBIC recebeu a notícia com muitos bons olhos, mas por ser algo recente, estamos juntos estudando e o debate será estendido em nossa reunião marcada para o

próximo dia 29”.

Segundo Albano Máximo os efeitos das medidas já devem começar a ser sentidos já em janeiro e aumentarão com o passar do tempo até os R\$ 80 bilhões esperados em seis anos.

Mais empregos criados com o verão

O setor de construção civil amazonense em junho voltou a registrar saldo positivo. Foram 809 contratações contra 625 demissões de trabalhadores, resultando em um saldo de 184 vagas, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados), do Ministério do Trabalho.

A chegada do verão, que favorece as construções, também é apontada como fator para essas vagas de trabalho, disse Frank Souza. “Já é tradição no nosso Estado que as empresas aproveitem o verão para agilizar obras, é o período propício para isso, o que acaba por aumentar as contratações”, finaliza o empresário.

PL procura dar fim a contratos de gaveta

Está em análise na Câmara dos Deputados o PL (projeto de

lei) que procura dar uma alternativa para pôr fim à prática dos contratos de gaveta, onde o comprador de um imóvel assume o seu financiamento, mas a titularidade da casa continua sendo do comprador original. A mudança de nome no contrato só ocorre depois da quitação. Esse acordo informal também ocorre com imóveis no programa Minha Casa Minha Vida.

Atualmente, a venda de imóveis adquiridos por meio do programa do governo federal é proibida para famílias com renda até R\$ 1.800 até que se quite totalmente a dívida. A proposta sugere que a venda seja permitida, contando que o comprador cumpra todos os requisitos para a participação no programa, e tenha renda familiar semelhante ao comprador original, como explica o relator na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Hildo Rocha, do MDB maranhense.

“A pessoa que está comprando o imóvel assume toda a dívida existente ainda, assim como ele também tem que ter o seu perfil adequado para o programa Minha Casa Minha Vida de acordo com aquela modalidade. Se ele preenche todos os requisitos, então, pode ser feita a transferência no cartório do imóvel que ele está adquirindo e não ficar aqueles contratos de gaveta”.

O projeto aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado, segue para o Senado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Com menor pressão inflacionária, BC deve manter Selic em 6,5%, dizem analistas

Veículo: UOL Economia

Data: 31.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Link: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2018/07/31/com-menor-pressao-inflacionaria-bc-deve-manter-selic-em-65-dizem-analistas.htm>

Com menor pressão inflacionária, BC deve manter Selic em 6,5%, dizem analistas

Brasília, 31 Jul 2018 (AFP) - O Banco Central (BC) deve manter, nesta quarta-feira (1º), sua taxa básica de juros, a Selic, em 6,5%, em um contexto de redução das pressões inflacionárias provocadas pela greve dos caminhoneiros de maio e pela alta do dólar - estimam analistas.

Os preços "já sinalizam a reversão dos efeitos da paralisação e entram num ritmo semelhante ao observado anterior ao evento", quando estavam abaixo das metas oficiais, devido à lentidão da atividade econômica, apontou a consultoria Infinity Assets.

Os indicadores mudaram de direção depois da greve, que durante 11 dias interrompeu o fornecimento de alimentos, insumos industriais e combustíveis no país.

A inflação de junho chegou a 1,26%, seu maior nível desde janeiro de 2016. No acumulado de 12 meses, elevou-se de 2,86% em maio para 4,39% em junho.

Apesar disso, manteve-se dentro da meta do BC de uma alta de preços de 4,5% neste ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais, ou para menos.

A previsão média do mercado é de uma inflação de 0,30% em junho e de 4,11% em 2018, de acordo com a última pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo BC com bancos, gestores de investimentos e empresas.

Eleições preocupam mercado

Nas últimas semanas, o dólar se estabilizou em torno de R\$ 3,70, após ter chegado perto dos R\$ 4 diante dos temores relacionados às possibilidades de guerra comercial, alta dos juros nos Estados Unidos e vitória de um candidato com propostas econômicas contrárias aos interesses do mercado financeiro nas eleições presidenciais de outubro.

A agitação dos mercados "deu uma folga" diante de um cenário externo "sem alterações" e da força ganhada pela candidatura do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), após receber o apoio de diversos partidos do "Centrão", aponta Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

Alckmin "demonstrou preocupação com a manutenção da inflação" e quer "atacar a questão fiscal", de acordo com Agostini. Ele tem "um discurso encaminhado com o que o mercado financeiro quer ouvir", completou.

O BC interrompeu, em maio, um ciclo de 12 cortes da taxa Selic, alegando a extrema "volatilidade" dos mercados.

O setor financeiro espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC mantenha a Selic em 6,5% nas próximas três reuniões marcadas para até o fim do ano (em 19 de setembro, 31 de outubro e 12 de dezembro) e que eleve a taxa a 8% em 2019.

A greve dos caminhoneiros também interrompeu qualquer aposta em crescimento econômico vigoroso para este ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Sanção por fraude e formação de cartel

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 02.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Sanção por fraude e formação de cartel

O TCU (Tribunal de Contas da União) aplicou uma sanção que impede a construtora OAS de fazer novos contratos com a administração pública federal pelos próximos cinco anos, por formação em cartel e fraudes em licitação em contratos de obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apuradas no âmbito da Operação Lava Jato. Cabe recurso no próprio TCU, com efeito suspensivo.

Em recuperação judicial, a empresa também ficará, conforme

Em recuperação judicial, a empresa também ficará impedida de participar de licitações com recursos federais envolvidos

a decisão do TCU, impedida de participar de licitações de governos estaduais e municipais se elas tiverem recursos federais envolvidos. Os contratos da empresa que já estão em vigência poderão seguir normalmente.

A empresa alegou que, por estar negociando acordo de leniência com a CGU (Controladoria-Geral da União), deveria ser poupada de tal punição. "A OAS tem direito de que o órgão competente, CGU, se pronuncie acerca do acordo de leniência antes de haver a conclusão nessa casa do processo sancionatório com a possível aplicação da

pena de inidoneidade”, defendeu o advogado presente no julgamento. Os ministros, no entanto, descartaram tal argumento por unanimidade.

O relator, ministro Benjamin Zymler, apontou que a empreiteira não assinou qualquer acordo até agora, não reconheceu débito no TCU, não trouxe informações para que o tribunal calculasse o sobrepreço das obras e, além disso, outras empresas já prestaram anteriormente informações que comprometiam a OAS.

“No caso de Abreu e Lima, várias empresas já apresentaram informações. Essa é uma peça em que já reconhecemos todos o enredo. Dificilmente, seria possível ter um acordo de leniência sobre a OAS em relação a esse assunto. Até porque a lei prevê que só a primeira empresa a prestar informações sobre o caso pode obter o acordo”, disse o relator.

Afirmando que o processo já

estava “maduro para votar há muito tempo”, o relator comentou que, se a mera negociação fosse levada em conta em todos os casos, o tribunal ficaria de mãos atadas e não poderia aplicar as sanções de inidoneidade, como são chamadas as proibições de contratar com o poder público. “Se a tese da OAS fosse um imperativo categórico e tomássemos como máxima universal, o tribunal ficaria tolhido de analisar e declarar inidoneidade. O TCU ficaria esperando eternamente que essas tratativas pudessem se encerrar”, disse.

A OAS afirmou ao tribunal que estava passando por dificuldades financeiras e, como exemplo, pontuou que, dos 123 mil funcionários que tinha em outubro de 2014, passou a ter 18 mil em julho de 2018. “Ainda é uma grande empresa que merece a atenção do tribunal em atenção à sua representação econômica. Mas sofreu

grande transformação. Hoje, se o TCU declarar inidoneidade, vai se referir à empresa do passado, de novembro de 2014, mas não tem como conhecer a OAS de julho e agosto de 2018, esta que vai ser retratada no acordo de leniência”, disse o advogado.

Também no âmbito da Lava Jato, por irregularidades na usina de Angra 3, em um julgamento de 2017, já foram consideradas inidôneas a Construtora Queiroz Galvão, a UTC Engenharia, a Empresa Brasileira de Engenharia e a Techint Engenharia e Construção. Nesse mesmo julgamento, as empresas Odebrecht, Camargo Correia e Andrade Gutierrez escaparam da punição porque tinham acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal no Paraná. Em julho, a Odebrecht assinou também com a CGU e a AGU. A Engevix também foi declarada inidônea por irregularidades em Angra 3.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor de serviços e comércio criaram 75% das vagas de trabalho intermitente e parcial após reforma trabalhista

Veículo: G1

Data: 02.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online

Setor de serviços e comércio criaram 75% das vagas de trabalho intermitente e parcial após reforma trabalhista

Novas modalidades, porém, representam menos de 10% do total das vagas criadas neste ano e ficam abaixo da estimativa do governo.

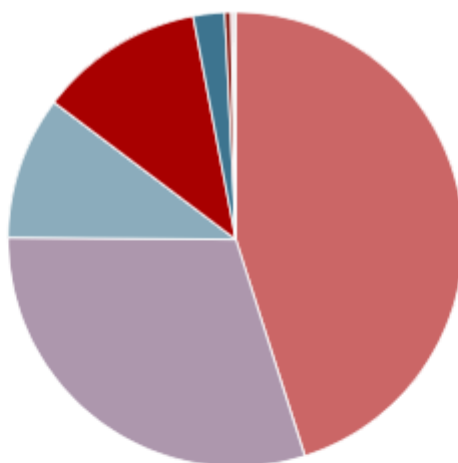
Desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, o setor de serviços e o comércio foram responsáveis por mais de 75% das vagas criadas nas modalidades de trabalho intermitente e regime parcial. É o que mostra levantamento feito pelo **G1** com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTE).

Os números apontam ainda que a criação de vagas nas novas modalidades regularizadas pela reforma representam cerca de 7% do total de 392 mil postos abertos no país neste ano – abaixo da previsão inicial do governo, que tinha a expectativa de que a reforma criasse dois milhões de empregos em 3 anos.

O trabalho intermitente ocorre esporadicamente, em dias alternados ou por algumas horas, e é remunerado por período trabalhado. Já o regime de trabalho parcial é aquele em que o empregado tem até 30 horas semanais de serviço contratado.

Criação de vagas de trabalho intermitente e parcial

De novembro de 2017 a junho de 2018



● Serviços: 15.972 ● Comércio: 10.629 ● Construção Civil: 3.601 ● Indústria: 4.146
● Agricultura: 790 ● Administração Pública: 152
● Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP): 60 ● Extrativa mineral: 58

Fonte: Caged

De novembro de 2017, quando a reforma entrou em vigor, até junho de 2018, foram criadas **35 mil vagas** de trabalho nessas duas modalidades – sendo 26 mil concentradas no setor de serviços e no comércio. Já o setor da indústria criou 4,1 mil vagas (11%), enquanto a construção abriu 3,6 mil (10%).

Isoladamente, o setor de serviços lidera a criação de postos intermitentes e em regime parcial. No período analisado, o setor criou 8,5 mil vagas de trabalho intermitente e 7,4 mil em regime parcial. O número significa que, de todas as vagas criadas nessas duas modalidades de trabalho, 45% foram no setor de serviços.

Já o comércio, sozinho, representa uma fatia de 30% do total de vagas de trabalho intermitente e em regime parcial criadas desde a reforma trabalhista.

Funções que mais abrem postos

Entre as funções que criam vagas de trabalho intermitente, as que apareceram com mais frequência nos dados mais recentes do Caged, de junho, foram:

- assistente de vendas
- recepcionista
- alimentador de linha de produção
- servente de obras
- garçom
- cozinheiro
- faxineiro
- pedreiro
- carregador
- vigilante



Já no regime de trabalho parcial, as funções mais comuns foram:

- vendedor de comércio
- assistente administrativo
- repositor de mercadorias
- operador de caixa
- auxiliar de escritório
- faxineiro
- operador de telemarketing
- recepcionista
- motorista de ônibus
- embalador

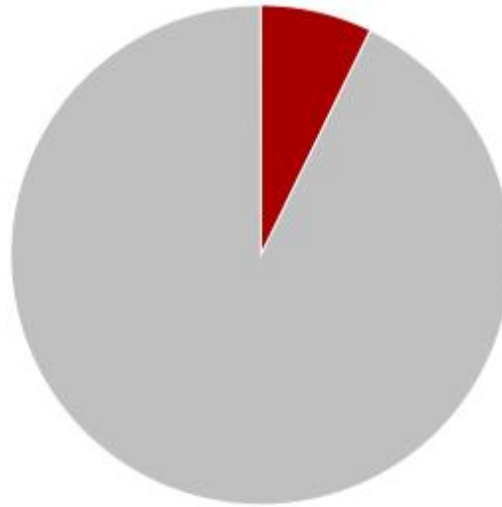
O MTE também aponta que os profissionais com ensino médio são maioria entre os que aceitam uma vaga de trabalho intermitente. Em junho, 77% das vagas nessa modalidade foram preenchidas por pessoas com esse nível de escolaridade. Já no trabalho em regime parcial, foram 60% das vagas.

Vagas das novas modalidades são menos de 10% do total

Desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, o país já teve a criação de cerca de 35 mil vagas de trabalho intermitente e em regime parcial. Dessas, aproximadamente 30 mil foram criadas em 2018. O número representa 7% do total de 392 mil vagas criadas no país de janeiro a junho.

Vagas criadas em 2018

Postos abertos de janeiro a junho



● Trabalho intermitente e parcial: 30.540 ● Outros: 392.461

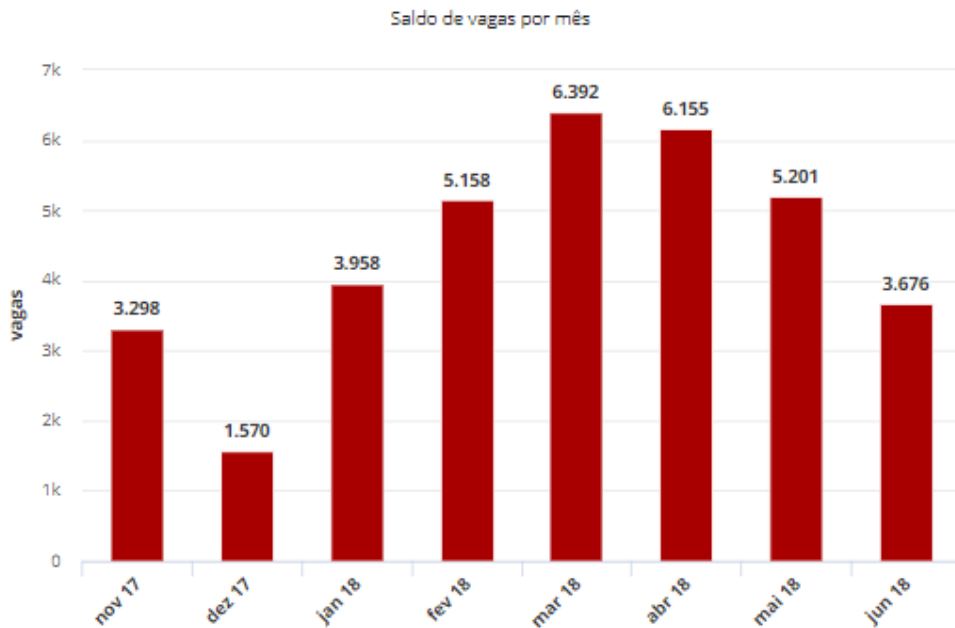
Fonte: Caged

Além disso, o número de vagas criadas por mês ainda está abaixo da previsão feita pelo governo quando a reforma foi aprovada.

A estimativa era que, com as novas regras, seriam criadas 55 mil vagas por mês considerando apenas o trabalho intermitente.



Criação de vagas de trabalho intermitente e parcial



Fonte: Caged

- **Nova lei trabalhista traz mudanças, mas ainda enfrenta resistência; veja as consequências**

O economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, diz que já era esperado que o impacto da reforma sobre o saldo de vagas de emprego no Brasil não seria imediato, apontando que as novas regras não bastam para que o mercado de trabalho se recupere.



"O que vai gerar vagas vai ser o quanto a atividade econômica cresce e a capacidade de absorção do mercado de trabalho. A reforma trabalhista por si só não vai impulsionar o emprego", afirma Xavier.

Ele acrescenta que a baixa representatividade das novas modalidades de trabalho é resultado de uma combinação de fatores, incluindo uma sensação de indefinição por parte das empresas. "Precisa de tempo para que as empresas se sintam seguras de criar empregos nessas novas modalidades."

Em todo o ano de 2017, a economia brasileira fechou 20.832 postos de trabalho formais. Foi o terceiro ano seguido em que houve mais demissões do que contratações no país.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Barracos são demolidos durante reintegração de posse na Zona Norte de Manaus

Veículo: G1

Data: 02.08.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: Online



Barracos são demolidos durante reintegração de posse na Zona Norte de Manaus

MAIS INFORMAÇÕES



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Concessionária de água da capital é notificada e pode ser multada por furtos de cabos e falta de informação ao consumidor

Veículo: Rede Tiradentes

Data: 31.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Notícias

Página: Online

Concessionária de água da capital é notificada e pode ser multada por furtos de cabos e falta de informação ao consumidor

31/07/2018 - 9h11

O desabastecimento de água ocorrido na Colônia Santo Antônio e Nova Cidade, ambas na zona Norte, ocasionado pelo furto de cabos elétricos nas unidades de abastecimento da concessionária Manaus Ambiental levou a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (Ageman) a cobrar providências da empresa na tentativa de conter o problema em toda a cidade.

Conforme notificação encaminhada nesta segunda-feira, 30/7, à empresa, a diretoria técnica da Ageman concedeu prazo de cinco dias para que a concessionária apresente por escrito as medidas que a empresa vem adotando para resolver ou minimizar o desabastecimento de água causado pelos furtos de cabos elétricos. Outro ponto questionado pelos técnicos da agência de regulação é sobre a falta de informação para os consumidores prejudicados. É direito dos clientes a informação clara e precisa quanto às alterações e interrupções no fornecimento, bem como as medidas mitigadoras a serem oferecidas, explicou o diretor-presidente da Ageman, Fábio Alho.

"Nós temos relatos de consumidores que estão ficando sem água devido ao furto dos cabos e a concessionária, ao tomar conhecimento da situação, não vem prestando a devida informação aos usuários que ficam desabastecidos por longos períodos e não sabem sequer o que está acontecendo, porque a empresa não está informando como deveria".

A continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são princípios norteadores da relação contratual com o Poder Público, conforme o contrato de concessão.

Em maio, a Ageman já havia alertado a concessionária para um problema de furto de cabos ocorrido na Estação Elevatória de Água do Coroadó, na zona Leste, e que causou desabastecimento na localidade.

Fábio Alho ressalta que, caso a empresa não preste as informações dentro do prazo estabelecido, a notificação poderá ser revertida em advertência e até multa.

Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 01/08/2018 / EDIÇÃO 6123](#)

Amazonas Atual

[BNDS confirma leilão da Amazonas Energia para o dia 30 desse mês](#)

Agência Brasil

[Entidade comemora elevação teto de imóvel para crédito imobiliário](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)

28 – WorkShop Gratuito sobre as principais mudanças no PBQP-H para a versão 2018.

SETEMBRO

20 – I seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Participe do Dia Nacional da Construção Social



Werbeson,
trabalhador da construção,
e sua família



saúde



lazer



cidadania

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA
O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES
(92)3233-7880 / (92) 3233-5463
CONTATO@SECONCI-MANAUS.COM.BR

**DIA NACIONAL
DA CONSTRUÇÃO
SOCIAL**
EDIÇÃO 2018

O Futuro
das nossas filhas

18 DE AGOSTO, DE 9 ÀS 14H, NO CLUBE DO TRABALHADOR DO SESI

Apoio



Apoio Especial



Realização



Promoção





I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO

apoiobrasil



APOIO





Apoio:

SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

O PBQP-H MUDOU!
Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018

WORKSHOP GRATUITO

28 DE AGOSTO DE 2018 | DAS 18H ÀS 21H
AUDITÓRIO AUTON FURTADO JÚNIOR, 10 ANDAR
(SEDE DA FIEAM)

AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1919 - CENTRO

PARA MAIS INFORMAÇÕES: WWW.EETIKA.COM.BR/PBQPH-ISO9001
SINDUSCON-AM: (92) 36226525